



“AINDA TEM GENTE AQUI!”: A VIVÊNCIA DE UMA COMUNIDADE APÓS PROCESSO DE REMOÇÃO URBANA SOB A PERSPECTIVA DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

“¡TODAVÍA HAY PERSONAS AQUÍ!”: LA EXPERIENCIA DE UNA COMUNIDAD DESPUÉS DEL PROCESO DE DESMONTAJE URBANO BAJO LA PERSPECTIVA DE LA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

“THERE ARE STILL PEOPLE HERE!”: EXPERIENCE OF A COMMUNITY AFTER THE URBAN REMOVAL PROCESS UNDER THE PERSPECTIVE OF SOCIAL OCCUPATIONAL THERAPY

Nícolas Pereira Paz¹, Waldez Cavalcante Bezerra², Magda Fernanda Lopes de Oliveira Andrade³

RESUMO

Objetivo: Discutir a vivência de [ex]moradores de uma comunidade quanto à reorganização da vida cotidiana decorrente do processo de desocupação, sob a perspectiva da Terapia Ocupacional Social. Metodologia: Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, realizado em uma comunidade de pescadores localizada em Maceió, capital do estado de Alagoas, região Nordeste do Brasil. A aproximação ao campo de pesquisa se deu através da técnica snowball que resultou em um total de oito participantes. Para produção dos dados usou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores, contemplando questões acerca da organização da vida cotidiana dos participantes antes e após o processo de desocupação. Resultados: O processo de desterritorialização impactou diretamente sobre a organização do cotidiano da comunidade, expressando-se por meio da violação de direitos, da ruptura de redes relacionais, no distanciamento do local de trabalho, na interrupção de vínculos laborais e na fragilização do processo educacional de crianças e jovens da localidade. Conclusão: A vivência de desocupação agravou a situação de vulnerabilidade social da comunidade, contexto que possibilitou refletir sobre algumas proposições técnicas, éticas e políticas que a Terapia Ocupacional Social pode construir no interior dessa dinâmica social que produz e reproduz situações de desigualdade, de desqualificação de identidades e culturas, de negação de acessos a bens, serviços e à própria cidade.

PALAVRAS CHAVES

Cidadania, Terapia Ocupacional, Vulnerabilidade Social.

- 1 Terapeuta ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal). Email: nicolaspaz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5322-8285>
- 2 Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor assistente do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal). Membro da “Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social”. Email: waldezto@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7178-4074>
- 3 Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora assistente do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal). Email: magdafernanda@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9569-5957>



RESUMEN

Objetivo: Discutir la experiencia de [ex] residentes de una comunidad que ha reorganizado la vida diaria en relación con el proceso de desalojo, desde la perspectiva de la Terapia Ocupacional Social. Metodología: Es un estudio cualitativo, exploratorio, realizado en una comunidad pesquera ubicada en Maceió, capital del estado de Alagoas, en el noreste de Brasil. Al acercarse al campo de investigación, se realizó la técnica de bola de nieve que resultó en un número total de ocho participantes. Para la producción de los datos, utilizamos una entrevista semiestructurada, desarrollado por los investigadores, contemplando preguntas sobre la organización de la vida diaria de los participantes antes y después del proceso de desalojo. Resultados: El proceso de desterritorialización tiene un impacto directo en la organización de la vida diaria de la comunidad, expresado a través de la violación de los derechos, el colapso de las redes relacionales, en la distancia del lugar de trabajo, la interrupción de los lazos laborales y la fragilidad de proceso educativo de los niños y jóvenes de la localidad. Conclusión: La experiencia del desalojo ha agravado la situación de vulnerabilidad social en la comunidad, un contexto que nos permitió reflexionar sobre algunas propuestas técnicas, éticas y políticas que la Terapia Ocupacional Social puede construir, a partir de la dinámica social que produce y reproduce situaciones de desigualdad, de descalificación de identidades y culturas, de negación de acceso a bienes, servicios y la propia ciudad.

PALABRAS CLAVE

Ciudadanía; Terapia Ocupacional; Vulnerabilidad Social.

ABSTRACT

Goals: To discuss the experiences of (ex) inhabitants of a community, regarding the reorganization of daily living resulting from an eviction process under the perspective of Social Occupational Therapy. Methodology: This exploratory qualitative study was conducted among eight participants who lived in a fishermen's community located in Maceió, state capital of Alagoas, at northeast of Brazil. The snowball technique was used. Data emerged from semi-structured interviews, with main topic was about the organization of former residents' daily life, before and after the eviction process. Results: the process of deterritorialization had a direct impact on community's daily organization, which was expressed through violation of rights, network breach, distancing from workplace, disruption of labor links, and an educational procedure weaken, for children and young people of the locality. Conclusion: The eviction process has aggravated the social vulnerability situation into the community, this context makes it possible to reflect about some technical, ethical and political propositions, where a Social Occupational Therapy could build, from its understandings about daily life and human occupations, within this social dynamic that produces and reproduces situations of inequality, denial of access to goods, services and the city itself, disqualifying identities and cultures.

KEYWORDS

Citizenship, Occupational Therapy, Social Vulnerability.

Recibido: 12/01/2021

Aceptado: 30/10/ 2021

INTRODUÇÃO

A vida cotidiana é centro de atenção e gestão direta e indireta do Estado e da produção capitalista (através de regulamentações e leis, da fiscalização, justiça, orientação da mídia, entre outros), não podendo ser discutida sem considerar a complexidade da totalidade que envolve a realidade social nos moldes burgueses (Rocha, 2012).

No campo teórico, o cotidiano tornou-se foco de reflexão e pesquisas nas últimas décadas, principalmente, no âmbito das ciências humanas e sociais. Compreende-se como cotidiano o dado sensível e prático (manipulação dos objetos, realização das tarefas diárias) e o dado abstrato (relacionados ao vivido, a subjetividade, as emoções, os afetos, hábitos e comportamentos) (Netto & Carvalho, 2005).

A heterogeneidade e a hierarquização das ações e relações na vida cotidiana se alteram em função dos valores, das particularidades e interesses individuais e coletivos, das relações políticas, econômicas e culturais. O cotidiano articula as dimensões particular e genérica, entre indivíduo e sociedade, sendo possível, através dele, conhecer as relações sociais e a própria sociedade (Lefebvre, 1991). "O cotidiano não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico" (Heller, 2016, p. 20).

É na vida cotidiana onde o sujeito, individual e coletivo, não só acessa oportunidades e recursos, mas também enfrenta adversidades e se reinventa como ser, na sua relação com as atividades que compõem seu modo de vida (Galheigo, 2020). A construção da vida cotidiana desenvolve-se do nascimento à maturidade, quando, gradativamente, assimilam-se questões que permeiam a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e a atividade social.

A incorporação do conceito de cotidiano na Terapia Ocupacional brasileira vem se dando a partir de diferentes teóricos—notadamente Agnes Heller e Henri Lefebvre—with a pretensão de substituir o conceito de atividades de vida diária, advindo da perspectiva positivista (Galheigo; 2003, 2018). Convém resgatar que esse movimento crítico-reflexivo emergiu no contexto de efervescência política da década de 1980, quando a prática profissional foi, aos poucos, pautando-se na identificação de necessidades e elaboração de

estratégias relacionadas ao compromisso ético-político com a transformação das condições concretas de existência das diferentes populações através de práticas emancipatórias. Aflora nas produções brasileiras quatro ideias e conceitos-chaves comuns à prática emancipatória: (I) a construção de práticas desde, para e com o contexto local e territorial; (II) a construção de práticas desde, para e com o mundo da vida cotidiana; (III) a construção de práticas desde, para e com a experiência subjetiva e coletiva; (IV) a construção de práticas a partir do reconhecimento das relações de poder como inerentes às trocas sociais (Galheigo et al. 2018).

Para as proposições deste estudo, cabe restaurar a ideia de que apreender o cotidiano implica em entender a relação sujeito-cotidiano-história-sociedade, incluindo "os cenários e fazeres referentes às atividades de autocuidado ou rotineiras atividades do dia a dia, ao lúdico, ao lazer, à arte ou ao trabalho, e também às oportunidades de convivência e sociabilidade, à organização coletiva para ampliação e fortalecimento da participação social, dentre outros." (Galheigo et al. 2018, p. 731). Assim, o conceito de cotidiano tem se alinhado às leituras e proposições críticas de ação e pesquisa em Terapia Ocupacional.

Considerando esta compreensão sobre a vida cotidiana, buscou-se aproximar e conhecer a realidade de [ex]moradores da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaruá, localizada na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, região Nordeste do Brasil. Com uma trajetória iniciada por volta dos anos de 1940, a comunidade teve toda a sua história e costumes negados a partir de uma ação compulsória de desocupação imposta pelo poder público. Tradicionalmente ribeirinha, residiam na comunidade cerca de 393 famílias com dinâmicas de sociabilidade únicas, redes de suporte bem articuladas, signos próprios compartilhados pelo diálogo intergeracional e majoritariamente sustentadas pela atividade da pesca. O processo de desocupação forçada ocorreu em junho de 2015, após inúmeras investidas desde os anos 1990 de atos administrativos questionáveis, contraditórios e omissos em relação à melhoria da qualidade de vida da população.

A partir dessa constatação, este estudo teve como objetivo principal discutir a vivência de [ex]moradores da comunidade quanto à reorganização da vida cotidiana decorrente do processo de desocupação, sob a perspectiva da Terapia Ocupacional Social. Faz parte



do esforço de pensar e situar a Terapia Ocupacional a partir das problemáticas locais da cidade de Maceió, sobretudo no que diz respeito ao campo social, e foi desenvolvido junto ao Núcleo UFPB/Uncisal da “Rede Metuia – Terapia Ocupacional”, que tem se constituído enquanto espaço potente para subsidiar proposições de ensino, pesquisa e extensão em Terapia Ocupacional Social em Alagoas, Brasil.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, realizado em dois locais distintos: o Condomínio Vila dos Pescadores, atual local de moradia dos participantes da pesquisa, e a antiga Vila dos Pescadores no bairro de Jaraguá, onde eles exercem suas atividades laborais.

A aproximação ao campo de pesquisa e seleção dos participantes se deu através da técnica *snowball* (Vinuto, 2014). Inicialmente, estabeleceu-se contato com uma representante da comunidade, que indicou outras duas líderes comunitárias, que indicaram outros possíveis participantes, criando-se uma rede de oito colaboradores para o estudo, seguindo os critérios de inclusão: maior idade, vivência no processo de desocupação da antiga Vila dos Pescadores de Jaraguá e, no momento da pesquisa, residir no Condomínio Vila dos Pescadores.

Na produção dos dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores, que contemplou questões acerca da organização da vida cotidiana antes e após o processo de desocupação. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, preservando os conteúdos originais das falas. Após as transcrições, os dados foram tratados segundo a técnica de análise temática (Bardin, 2011), buscando-se identificar núcleos de sentidos que pudessem ser organizados em categorias temáticas para posterior apresentação e discussão observando, no processo de análise, a coerência com os objetivos da pesquisa.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e atendeu aos padrões éticos propostos nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, que norteiam, no Brasil, as pesquisas com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à caracterização dos participantes, seis eram do gênero feminino e dois do masculino, com idades entre 24 e 56 anos, apresentando entre 21 e 45 anos de moradia na comunidade. Quatro possuíam ensino fundamental incompleto, três completaram o ensino fundamental e não deram continuidade aos estudos formais, e um está cursando ensino superior. Seis entrevistados se reconheciam como trabalhadores da pesca e do tratamento do pescado, enquanto dois revelaram que, devido ao processo de desterritorialização, abandonaram a atividade pesqueira e se dedicaram a prática de outros ofícios.

A partir do processo de análise temática emergiram duas categorias que serão apresentadas e discutidas: *Comunidade tradicional e a fragilização de direitos decorrente da desterritorialização*, e *Reorganização da vida cotidiana: dificuldades diárias e implicações para Terapia Ocupacional Social*.

Comunidade tradicional e a fragilização de direitos decorrente desterritorialização

Considerando a múltipla constituição do povo brasileiro, alguns segmentos populacionais desenvolveram modos de vida singulares que deram origem ao conceito de “Povos e Comunidades Tradicionais”, caracterizados pelas suas condições sociais, culturais e econômicas específicas, com saberes peculiares, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição, além de manter relações específicas com um espaço físico (Brasil, 2007a).

A tradicionalidade da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá, uma comunidade ribeirinha, se constituiu a partir do modo de viver sua cotidianidade e construir suas relações. Consolidou no território de Jaraguá uma cultura e economia específicas, baseadas nas práticas comunitárias e atividades pesqueiras, além de se organizar politicamente por meio da associação de moradores, criada no final da década de 1980.

Coabitavam na comunidade inúmeras famílias, o que possibilitou o acúmulo e compartilhamento de saberes comunitários e políticos, possíveis graças à constituição de um sentimento de pertença adquirido através

das lutas e resistências travadas com o poder público e econômico.

"O que eles aprendem, eles aprendem em faculdade, e a gente aprende no dia a dia. Porque a gente sabe: a lua para peixe, a gente sabe quando o mar está agitado é para camarão, a gente sabe deve ir para o mar e quando não deve. Nada disso eles entendem. [...] eles têm que olhar na internet, na meteorologia. E a gente aprende no dia a dia." (Entrevista 1)

A contraponto das novas formas de sociabilidade, mediadas pelas tecnologias, a comunidade socializava saberes que têm relação intensa com a educação não formal. O conhecimento da atividade da pesca era transmitido pelo diálogo intergeracional, a fim de manter a continuidade de hábitos e costumes.

"Pesquei com o meu pai também, e passo a passo eu fui aprendendo" (Entrevista 5)

"Com a minha mãe. A gente pegava peixe, peixinho pequeno que é para tratar e salgar. Desde pequeno, a gente fazia isso" (Entrevista 8)

A partir da interlocução entre gerações, na qual os moradores já nasceram inseridos, é que se construiu o cotidiano da comunidade e possibilitou o aprendizado da manipulação dos instrumentos imprescindíveis à sobrevivência deles naquele território.

"Com meus quinze anos de idade eu comecei a dar a minha primeira feira, comecei a trabalhar para mim mesmo, com quinze anos e até hoje é com que eu sustento a minha família, com o pescado." (Entrevista 1)

Contudo, sob a influência de atos depreciadores e discursos criminalizantes postos pela prefeitura da cidade na mídia, parte da população da cidade não reconhece a historicidade da comunidade. Tais discursos encontram sua gênese no controle do Estado pelo setor econômico e na própria ineficiência deste em garantir os direitos da população, bem como na ideia de que a pesca pode ser realizada em outros locais, restringindo o território a uma base espaço-material e desconsiderando o caráter relacional que o mesmo possui, como local intenso de significados e relações (Pereira, 2018).

A comunidade se organizou próximo ao mar de Jaraguá por ser favorável à pesca, e o distanciamento dessa localidade e do "ser pescador" provocado pelo processo de desocupação acarretou a fragilização de tais redes.

"Porque aqui [Jaraguá] a gente considerava assim, uma família, todo mundo ajudava todo mundo, todo mundo fazia alguma coisa, quando tinha festa todo mundo era convidado porque todo mundo foi criado junto, entendeu como é?" (Entrevista 1)

"Éramos uma família que foi destruída. Tanto a minha família de sangue como a de coração que eu fiz aqui [Jaraguá]" (Entrevista 2)

Ghirardi (2016, p. 69) afirma que "a fragilização de laços sociais frequentemente é determinada pela restrição à participação no mundo do trabalho, e decorre de processos de globalização econômica". Além da reflexão do território ligado ao processo de trabalho, tem-se a relação entre territorialidade e a construção de relações éticas, espirituais e afetivas, que dão sentido ao conceito de dado abstrato da vida cotidiana.

Segundo Haesbaert (2019) é necessário compreender o uso do território enquanto relação mais simbólica, vinculado às questões socioculturais como a identidade social. Para o autor, o território possui signos e símbolos que só podem ser compreendidos a partir de quem o habita e esquecer este princípio "é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer" (p. 73).

No entanto, de encontro a todas essas questões, após anos de trâmite judicial e sem conhecimento prévio da comunidade, a prefeitura de Maceió despejou os moradores do seu território. Sobre a desocupação, alguns entrevistados afirmam:

"A sensação de abandono. A sensação é que você está vivendo um sonho... Um sonho não, um pesadelo! [...] A retirada daqui como eu disse a você foi muito brusca, muito violenta, eles trataram a gente como lixo, tanto é que não deu nem tempo de arrumar as coisas da gente direito. Eles davam um saco de lixo para a gente colocar as coisas dentro. A



própria prefeitura fez isso, a discriminação foi muito grande. E você ir para um lugar que você não quer morar, imagine! Você passar a vida toda na Vila, saber que você tem direito, que todas as leis são favoráveis a você e de repente você ter que desocupar, e não ter para onde ir.” (Entrevista 1)

“Quando você olha para sua porta está aquelas polícias lá com rifle apontando para você, para você tirar as suas coisas e eu ainda estava dentro de casa com a minha bebê no colo quando aquelas máquinas, batendo na minha moradia, foi quando eu gritei: ainda tem gente aqui!” (Entrevista 2)

Mediante esse processo de expropriação urbana, vários direitos dos moradores da comunidade foram violados antes, durante e após o processo jurídico de remoção. A citar, na Medida Provisória 2.220 de 04/09/2001 consta:

Art. 1^º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural (Brasil, 2001, p. 1).

Constata-se, ainda, a transgressão à Instrução Normativa de nº 2, de 23 de novembro de 2007 que outorga a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia–CUEM, estabelecendo:

Art. 2^º A Concessão de Uso Especial para fins de Moradia é o instrumento pelo qual a Secretaria do Patrimônio da União, por meio das Gerências Regionais do Patrimônio da União, reconhece o direito subjetivo à moradia, quando preenchidos os requisitos da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001 [...]. (Brasil, 2007b, p. 2).

Pereira (2018) também aponta a violação da garantia expressa na Lei Municipal nº 4.545 de 22 de novembro de 1996, que estabeleceu a Vila de Pescadores como Zona Especial de Preservação (ZEP), assegurando à comunidade a proteção de suas construções por carregarem forte interesse histórico e cultural.

A urbanização da região estava prevista nos planos da Prefeitura de Maceió, que a fim de restaurar o que restava do bairro e as lembranças do lugar que deu vida a cidade, lançou em 11/08/1995 o Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá, que tornaria a localidade um atrativo para cultura, lazer, turismo e comércio de serviços. Pertencente a esse mega projeto, constava a urbanização da Vila dos Pescadores, que tinha como foco a turistificação do lugar e contava com um projeto arquitetônico e de melhoria das condições de moradia da Vila. Mesmo com a liberação de verba de quase oito milhões de reais do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo a urbanização não aconteceu (Pereira, 2018).

A perpetuação do modelo econômico vigente, que incessantemente busca formas de expandir a aquisição de capital, fortalece a presença dessas relações de poder no território. Mesmo o capitalismo nascendo sem uma base territorial delimitada – ou seja, é um sistema globalizado – recorre a estratégias territoriais, principalmente no que se refere a domínios geográficos que possuem interferências do Estado que, contraditoriamente, defende interesses públicos e privados concomitantemente (Haesbaert, 2019).

A análise dos fatos revela a problemática existente no processo de desterritorialização da comunidade. A expropriação dela para apropriação estatal do espaço, a fim de produzir capital com a captação de turistas e a mercantilização do lugar – numa incontestável ação de reterritorialização nos moldes dos interesses capitalistas – evidencia que o intuito foi redesenhar a cidade onde os pobres não estão incluídos no seu traçado.

No contexto dessa fragmentação social classista do espaço, o Estado violou o direito à cidade aos [ex]moradores da Vila. Limitar o uso do território de Jaraguá à iniciativa privada e deslegitimar os sentidos produzidos pelos sujeitos ocupantes impõe fortes restrições às formas de habitar a cidade, enquanto interligação socioafetiva entre morador e um lugar específico.

Nesse complexo cenário, no qual se insere o Estado capitalista, é que se situa a totalidade dos problemas postos no processo de marginalização social da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá. As inúmeras investidas de apropriação do território para exploração capitalista e a desproteção social de um Estado neoliberal, desenvolve, na estrutura da vida cotidiana da comunidade, dificuldades de inserção e participação social nas diversas esferas da vida (trabalho, moradia, educação, cultura, relações comunitárias), expondo os [ex]moradores à precarização do trabalho, à vulnerabilidade relacional e à ruptura das redes sociais de suporte, além da privação do exercício e manutenção da sua tradição.

Reorganização da vida cotidiana: dificuldades diárias e implicações para Terapia Ocupacional Social

À medida que se discutiu a violação de direitos da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá e os desdobramentos da desterritorialização, recorre-se, agora, a discussão acerca da reorganização da vida cotidiana dos [ex]moradores e as implicações para a Terapia Ocupacional Social.

Após a desocupação da Vila, os [ex]moradores foram direcionados aos seus apartamentos, doados pela prefeitura, reunidos em um condomínio urbanizado denominado “Residencial Vila dos Pescadores”, localizado cerca de seis quilômetros do antigo território. Sobre o momento de chegada ao novo espaço de moradia os entrevistados relataram:

“Para você ter uma ideia quando a gente chegou lá o apartamento estava sem porta, sem janela, sem “forro”, só lixo, fezes, um horror!” (Entrevista 2)

“Cheguei lá fiquei muito triste. O apartamento só tinha o teto, não tinha pia, não tinha piso, não tinha nada! Era só lixo! Sanitário nada! Até as coisas de energia tiraram tudo.” (Entrevista 3)

Na contradição entre o nome dado ao residencial e a desterritorialização, percebe-se a urgência da prefeitura em tentar “imitar” –de forma falha– a cotidianidade e a

tradicionalidade que existia em Jaraguá. A reterritorialização impôs ao grupo a necessidade de reinventar a sua identidade em um novo território, porém, devido ao modo como ocorreu a desocupação e a instalação da comunidade em um novo espaço, a construção identitária, segundo Pereira (2018), deixa de ser um processo de autorreconhecimento para ser “concedido” pela prefeitura, deixa de ser resistência para se tornar um fetiche, um falso sentimento de pertencimento.

O poder desterritorializador se materializa para o desterritorializado através da precarização das relações presentes no cotidiano. Marx¹⁷, ao analisar as características estruturais de sustentação da sociabilidade capitalista, já assinalava que esse poder se concretiza através da desterritorialização do solo por privatização, desapropriação dos instrumentos de produção, privação dos meios de consumo, dissolução da família e na alienação do trabalhador em proveito do próprio trabalho; processos que estão implícitos na fala desse [ex] morador:

“Não continua a mesma porque essa mudança afetou tudo, foram as crianças que se distanciaram dos pais, foi o trabalhador que hoje trabalha muito mais para ganhar aquilo que ganhava. Você ganhava uma quantia, hoje você tem aquela quantia e já deixa metade para passagem.” (Entrevista 8)

A grave ruptura no núcleo da vida profissional emergiu como área da vida cotidiana mais afetada segundo os entrevistados. O rompimento da tríade moradia-trabalho-lazer presente no antigo território afetou a relação entre os [ex]moradores e o seu trabalho, intensificando a precarização do trabalho resultante do distanciamento entre o mar de Jaraguá e o pescador.

“Adiantou colocar a Vila para lá [Condomínio] e deixar só o local de trabalho aqui [Jaraguá]? Adiantou o quê, se as pessoas todos os dias estão aqui?” (Entrevista 1)

“[...] porque aqui [Jaraguá] praticamente eu estava em cima do mar para pegar a produção do barco e descarregar. Lá [Condomínio] não, lá eu tenho que acordar mais cedo, tem que pegar transporte, quando não tem, tem que vir a pé, de bicicleta e assim vai. E aqui



não, nada disso existia né, só era sair de casa e ir trabalhar.” (Entrevista 7)

As consequências dessa reestruturação agravam a vulnerabilidade socioeconômica dos [ex]moradores que, apesar de já viverem em condições precárias, contornavam as dificuldades pelo fato de coincidir local de trabalho e moradia. A partir da desocupação passaram a vivenciar essa vulnerabilidade dispersos no tecido urbano, longe do local de trabalho e obrigados a arcar com novas despesas (Pereira, 2018).

Os discursos revelam o abandono da atividade pesqueira, ocupação tradicional⁴ da comunidade, e põe a ameaça constante de que a memória e a tradicionalidade da Vila dos Pescadores caíam no esquecimento. Imersos na insuficiência monetária imposta pelos novos padrões de vida, alguns dos [ex]moradores e seus descendentes tiveram que abandonar a pesca, deixando de reproduzir a atividade que deu origem à comunidade.

“[...] eu me desgostei e procurei outro rumo, deixei a pesca. Estou trabalhando agora de porteira.” (Entrevista 2)

A educação foi a segunda área do cotidiano apontada como mais afetada, de acordo com os entrevistados. Os mecanismos de precarização educacional assumiram uma nova fisionomia para essa população: o distanciamento territorial da escola. A proximidade da escola é crucial para o acesso e permanência no processo de escolarização nas famílias pobres. A falta de organização para provisão de vagas na rede pública de ensino e a ausência de acesso aos meios de transporte impactaram nas atividades educacionais e na rotina de alguns.

“A escola... Eles estudavam tudo perto daqui [Jaraguá] e lá [Condomínio] não. Além do colégio ser longe, as ruas longas e é perigoso para as crianças, a verdade é essa.” (Entrevista 1)

4 Assume aqui o conceito de ocupação tradicional em duplo sentido: compreendida como prática significativa e produtora de patrimônios materiais e imateriais definidos pelo trabalho entre o ser humano e a natureza, e também enquanto apropriação e uso coletivo do solo e dos recursos naturais confrontando à lógica da propriedade privada, hegemônica na construção capitalista (Costa, 2012).

“A gente tem que pegar os nossos filhos e levar, porque não existe ônibus coletivo para isso. (Entrevista 7)

Somam-se a essas questões os impactos subjetivos que a mudança no estilo de moradia teve nos integrantes da comunidade. A fragilização das relações sociais, determinada por diversos fatores, teve também na verticalização do espaço urbano uma de suas causas.

“Quando chega aqui [Jaraguá] se sente bem, quando chega lá [Condomínio] é outra coisa. Não é uma moradia digna para gente, a gente se sente preso ali. Nem eu, nem meu marido gosta, que ali naquele apartamento eu não me acho. A gente acostumada já com casa no chão. Aquele apartamento é fechado, é difícil a gente ter amizade com vizinho. É fechado porta com porta.” (Entrevista 4)

“A gente está num local que nem quarenta metros quadrados tem, onde você não pode se mexer muito. [...] Então, se você não ficar descendo, subindo, você acaba que engorda, fica com depressão. [...] ficou difícil de viver. Uma coisa estranha, mais de cinquenta pessoas já morreram depois que vieram para cá [Condomínio], e não foi de faca, nem de tiro, acabou ficando doente e morrendo.” (Entrevista 8)

Os relatos acima explicitam o conceito de sofrimento social, que surgiu nas últimas décadas no âmbito das ciências sociais como uma nova possibilidade teórica para analisar as relações entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos. Trata-se de examinar as causas sociais e as experiências individuais do sofrimento, em diferentes contextos, tomando como foco a natureza social e política da doença e do mal-estar.

[...] o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastantes que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. [...] O sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da limitação da capacidade

de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto da violência estrutural no âmbito da experiência cotidiana (Pusseti & Brazzabeni, 2011, p. 469).

Nessa perspectiva, alguns membros da comunidade revelam dores e angústias relacionadas ao rompimento e/ou distanciamento de vínculos sociais significativos, decorrentes da desocupação.

"Aí depois que saiu daqui [Jaruá] esse vínculo acabou, foi cada um para os seus cantos, quando a gente morava aqui era bom demais, os vizinhos todos unidos, conversavam, saíam." (Entrevista 2)

"Até hoje quando eu falo me dá uma tristeza tão grande." (Entrevista 3)

"Muitas e muitas famílias saem seis da manhã e só voltam seis horas da noite, sete, cinco horas da tarde... Passam o dia todo lá [Jaruá], o menino vai pra escola, volta... E aí o menino passa a tarde todinha só, então assim, a droga está aqui dentro, para chegar perto é rapidinho. Lá não, era diferente! A mãe estava perto. Principalmente para quem tem filho a dificuldade é maior." (Entrevista 8)

Nesse contexto de segregação espacial e de limitações à participação social da comunidade em atividades necessárias e significativas para si, estabelecido por condições sistêmicas do corpo social, coloca-se a possibilidade de compreender tais processos a partir da noção de *Apartheid Ocupacional*.⁵ Alicerçado na premissa de que alguns grupos têm valor e status socioeconômico diferente de outros, o termo decorre da injusta distribuição do dinheiro, do poder e do prestígio, determinada pela natureza hierárquica da estratificação

social presente na sociedade capitalista, podendo ser definido como:

[...] a segregação de grupos de pessoas mediante a restrição ou negação do seu acesso a uma participação digna e significativa nas ocupações da vida diária, baseada na raça, cor, incapacidade, procedência nacional, idade, sexo, orientação sexual, religião, crenças políticas, posição na sociedade ou outras características. Ocasionalmente por forças políticas, suas consequências sociais, culturais e econômicas, sistemáticas e dominantes, põem em perigo a saúde e o bem-estar de indivíduos, comunidades e sociedades (Kronenberg & Pollard, 2007, p. 66).

Na realidade estudada, considera-se que o *Apartheid* se dá na segregação espacial que implica em restrições ao direito de uso da cidade e ao acesso/participação dos [ex]moradores a diversas atividades e formas de vida dignas e significativas, e que tais restrições são geradas por estruturas políticas, mais especificamente a Prefeitura de Maceió, que legítima e (re)produz tais desigualdades, cujas consequências impactam diretamente no bem estar e na cotidianidade da comunidade.

Entende-se, portanto, que essa realidade suscita questões para a Terapia Ocupacional, no sentido de pensar possibilidades de ação em função das problemáticas vivenciadas pela comunidade, decorrentes da necessária reorganização do cotidiano após o processo de desterritorialização. Para pensar essa atuação, aposta-se em uma prática atinente ao campo social, a partir do referencial teórico-metodológico da Terapia Ocupacional Social.

Partindo desse referencial, a leitura dos acontecimentos se esgota nos elementos individuais expressos pela desterritorialização, devendo o profissional apreender as problemáticas sociais por trás desse fenômeno e as implicações coletivas do mesmo. É necessária a articulação entre a dimensão macrosocial e as particularidades das histórias de vida existentes na comunidade, a fim de ampliar as redes sociais de suporte através da conexão com as políticas sociais e com os espaços públicos que gerenciam o reconhecimento social de determinadas necessidades.

5 Apesar do conceito não ter sido elaborado como parte do referencial teórico-metodológico da Terapia Ocupacional Social, entende-se que é possível estabelecer esse diálogo, uma vez que há em comum entre essas proposições teóricas a preocupação com as desigualdades econômicas, sociais, étnicas e de gênero e a busca de alternativas territoriais/comunitárias de intervenção, a partir de um compromisso ético-político da Terapia Ocupacional implicada com as questões sociais.



Assim, para que o terapeuta ocupacional atue como mediador do fortalecimento de vínculos fragilizados e/ou interrompidos entre os [ex]moradores e o seu cotidiano, e amplie as possibilidades de inserção e participação sociais, pode-se lançar mão de ações que facilitem o acesso aos bens e serviços por meio de políticas e programas sociais. Buscar a mobilização de recursos e articulação com políticas e redes sociais pode ampliar o leque de oportunidades das pessoas da comunidade em direção a uma vida mais digna, buscando garantir padrões mínimos de cidadania.

Torna-se necessário também fortalecer as articulações já existentes e incentivar novos acordos entre as redes de participação, além de mobilizar recursos e facilitar o acesso a serviços e programas sociais. O terapeuta ocupacional pode contribuir, também, para o resgate e fortalecimento da identidade coletiva da comunidade, fragilizada pelos processos já descritos. Dessa forma, priorizar a dimensão social da comunidade através da promoção de espaços de convivência pode oportunizar trocas afetivas e relacionais que contribuam para a reproximação dos [ex]moradores, além desses espaços possibilitarem a discussão coletiva sobre as dificuldades que perpassam a vida cotidiana da comunidade e a construção, democrática, de estratégias de enfrentamento das mesmas, protagonizando os sujeitos ante a sua realidade.

A criação de espaços de convivência também pode ser pensada para o atendimento das demandas da população infanto-juvenil e dos pais da comunidade, uma vez que o distanciamento da atual moradia do local de trabalho (antigo território) implicou na dificuldade de cuidado e supervisão dessa população pelos pais, facilitando o envolvimento das crianças e adolescentes em situações de risco presentes na comunidade (violência, uso de drogas, etc.). Cabe ao terapeuta ocupacional, a partir do que surge como interesse do público, criar, articular e favorecer a participação em espaços de experimentação e aprendizagem.

CONCLUSÕES

Por meio do estudo foi possível compreender como o processo de desocupação forçada, que resultou na desterritorialização da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá, impactou no cotidiano dos [ex]moradores da comunidade. Refletiu-se sobre algumas proposições

técnicas, éticas e políticas que a Terapia Ocupacional Social pode construir no interior dessa dinâmica social que produz e reproduz situações de desigualdade, de negação de acessos a bens, serviços e à própria cidade, de desqualificação de identidades e culturas.

Acredita-se que o estudo, além de dar visibilidade ao processo violento, legitimado pelo poder público, vivenciado pela comunidade em questão, traz uma contribuição para se pensar a atuação do terapeuta ocupacional junto a outras comunidades que sofreram processos semelhantes nos espaços urbanos, ou mesmo diante de processos de desterritorialização decorrentes de crimes ambientais – tais como os vivenciados em Mariana e Brumadinho, ambos no estado de Minas Gerais, e as queimadas na Amazônia – ou de situações em que pessoas, grupos ou comunidades são forçadas a deixar seu território de origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brasil. (2007a). Presidência da República. Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília.
- Brasil. (2007b). Instrução Normativa nº2, de 23 de novembro de 2007. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília.
- Brasil. (2001). Medida Provisória nº2.220, de 4 de setembro de 2001. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília.
- Costa, S. L. Terapia Ocupacional Social: dilemas e possibilidades da atuação junto a Povos e Comunidades Tradicionais. *Cad. Ter. Ocup., São Carlos*, São Carlos, 12; 20(1), 43-54.
- Galheigo, S. M. (2020). Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teóricos-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cad. Ter. Ocup. São Carlos*, São Carlos, 28(1), 5-25.
- Galheigo, S. M.; Braga, C. P.; Arthur, M. A. & Matsuo, C. M. (2018). Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. *Cad. Ter. Ocup. São Carlos*, São Carlos, 26(4), 723-38.
- Galheigo, S. M. (2003). O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, 14(3), 104-9.
- Ghirardi, M. I. G. (2016). Terapia Ocupacional e processos econômicos-sociais. In Lopes, R. E. & Malfitano, A. P. S. (Org.). *Terapia*

- Ocupacional Social, desenhos teóricos e contornos práticos* (p. 69-81). São Carlos: EdUFSCar.
- Haesbaert, R. (2019). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Heller, A. (2016). *O cotidiano e a história*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kronenberg, F. & Pollard, N. (2007). Superar el apartheid ocupacional: exploración preliminar de la naturaleza política de la terapia ocupacional. In Kronenberg, F.; Algado, S. S. & Pollard, N. *Terapia ocupacional sin fronteras: Aprendiendo del espíritu de supervivientes* (p. 58-84). Buenos Aires-Madri: Ed. Médica Panamericana.
- Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.
- Marx, K. (1984). *O Capital*. Vol. 1, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Economistas).
- Netto, J. P. & Carvalho, B. (2005). *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez.
- Pereira, P.J. (2018). *Vila de Pescadores de Jaraguá: tradicionalidade e resistência urbana*. Maceió: Edufal.
- Pusseti, C. & Brazzabeni, M. (2011). Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*, Lisboa, 15(3), 467-478.
- Rocha, I. L. (2012). *Reflexões sobre diferentes concepções de vida cotidiana no interior do marxismo*. (Dissertação de mestrado). Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*. Campinas, 22(44), 203-20.